

Direitos Humanos: críticas encerram o ano do Conselho

A dificuldade de os Conselheiros acompanharem as investigações, pouca informação sobre os processos e falta de objetividade nas reuniões, criticadas por vários Conselheiros, deram ontem o tom à última sessão do ano do Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos (CJSPDH), onde se fez um balanço da atuação desse órgão do Governo estadual em 1985.

—Apesar das críticas, justas na sua maioria, a atuação do Conselho representou significativo avanço no combate ao desrespeito aos direitos humanos em nosso Estado — disse o Secretário de Justiça, Vivaldo Barbosa, que presidiu a reunião.

Em pouco mais de 24 meses de atuação, a Assessoria Especial do Conselho encaminhou 764 denúncias (390 só este ano). Mas na reunião de ontem não houve denúncias, só cobranças e críticas dos Conselheiros. O Deputado Estadual Litz Vieira (PT), representando a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, cobrou do Secretário de Justiça e do Conselho prividências referentes à participação de integrantes do Governo estadual em torturas, durante a ditadura. E o representante da ABI, advogado Modesto da Silveira, reclamou das dificulda-

des encontradas para acompanhar as investigações sobre essas denúncias.

—Os Conselheiros precisam acompanhar melhor o trabalho da Assessoria Especial, que é o seu órgão executivo, através de relatórios sobre todos os casos que estão sendo encaminhados. É preciso que os Conselheiros sejam melhor informados — Reclamou a Vereadora Benedita da Silva (PT).

A Vereadora Benedita da Silva foi atendida, e por sugestão do Presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj), Francisco Alencar, as reuniões agora passarão a ter pauta, horário definidos e as intervenções dos Conselheiros serão limitadas a cinco minutos. Também serão fornecidos, pela Assessoria Especial, esclarecimentos sobre as denúncias levantadas na sessão anterior.

Ontem, durante quatro horas, os Conselheiros debateram a questão da tortura, a volta do Esquadrão da Morte, e o documento da Polícia Militar sobre “os perigos da reorganização dos partidos comunistas”, que dentro de 10 dias terá parecer da Consultoria de Direitos Humanos, da Procuradoria de Justiça.